



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D - 6º ANDAR - CEP: 70.043-900 - TELEFONE: (61) 3218-2591

---

**DESPACHO n. 02168/2024/CONJUR-MAPA/CGU/AGU**

**NUP: 21000.015685/2017-15**

**INTERESSADOS:** SECRETARIA-EXECUTIVA (SE/MAPA); E SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA-EXECUTIVA (SPOA/SE/MAPA).

**ASSUNTOS:** PARECER JURÍDICO REFERENCIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. RECURSOS DO FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA (FUNCAFÉ). PRAZO DE VIGÊNCIA EXPIRADO.

1. Por meio do Ofício nº 00014/2023/2023/DGA/CGU/AGU, expedido no NUP 00688.010955/2023-98, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União instaurou procedimento de regularização do acervo de Manifestações Jurídicas Referenciais (MJRs) e de Informações Jurídicas Referenciais (IJRs), objetivando a atualização dos cadastros no âmbito das unidades consultivas que tratam de assuntos relacionados às respectivas esferas de competências.
2. Para viabilizar o recadastramento, a equipe do DGA/CGU disponibilizou endereço no diretório da intranet para que cada unidade realize os ajustes que entender pertinentes.
3. Dentre as inúmeras manifestações referenciais de responsabilidade desta Consultoria, observo que, no presente NUP, foi expedido o **PARECER REFERENCIAL n. 00002/2017/CONJUR-MAPA/CGU/AGU** destinado à contratação de instituições financeiras, integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR para financiamento em operações relacionadas a produção do café, com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ.
4. Compulsando a MJR supra constato que foi dimensionada para ter **vigência até 8 de junho de 2019**.
5. Dessa forma, afigura-se a perda da validade do citado Parecer Jurídico Referencial nº 00002/2017 **por expiração do prazo de vigência**.
6. Ante o exposto, e visando dar cumprimento à determinação contida no Ofício nº 00014/2023/2023/DGA/CGU/AGU, solicito à Coordenação-Geral de Apoio Jurídico incluir na planilha a ser juntada no NUP 00688.010955/2023-98 o Parecer Jurídico Referencial em questão, com expressa alusão a este despacho.
7. Após, promova-se imediata abertura de tarefa no SAPIENS à **Consultoria-Geral da União (CGU/AGU)** para conhecimento e adoção dos registros pertinentes, nos termos do art. 13, *caput*, da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 15 de março de 2022<sup>1</sup>, e, ato contínuo, de aposição de ciência a todos os advogados públicos em exercício nesta Consultoria Jurídica.

Brasília/DF, 25 de março de 2024.

**PEDRO PEREIRA LOUREIRO**

Advogado da União  
Consultor Jurídico Adjunto

---

[1] Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 15 de março de 2022

Art. 13 O Departamento de Informações Jurídico-Estratégicas manterá atualizado na página da Consultoria-Geral da União na internet e intranet o quadro geral das MJR e IJR, organizado por assunto e pesquisável, de maneira a facilitar o seu acesso.

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 21000015685201715 e da chave de acesso 38b0ef4e

---



Documento assinado eletronicamente por PEDRO PEREIRA LOUREIRO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1443761174 e chave de acesso 38b0ef4e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): PEDRO PEREIRA LOUREIRO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 26-03-2024 09:55. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---